

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

A CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA MUNDIAL DE 2007/08 E ALGUNS IMPACTOS NA ECONOMIA BRASILEIRA¹

Guilherme Gadonski De Lima², Dilson Trennepohl³, Argemiro Luis Brum⁴.

¹ Projeto de pesquisa realizado no curso de Graduação em Ciências Econômicas da UNIJUI

² Estudante do Curso de Economia da UNIJUI – Bolsista PET

³ Professor do Departamento de Economia e Contabilidade da UNIJUI – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, e Doutorando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). dilson@unijui.edu.br.

⁴ Professor do DACEC/UNIJUI, doutor em Economia Internacional pela EHESS de Paris-França, coordenador, pesquisador e analista de mercado da CEEMA, professor dos Cursos de Mestrado em Direitos Humanos e em Desenvolvimento, ambos da Unijuí; argelbrum@unijui.edu.br

INTRODUÇÃO

Realizou-se uma análise dos impactos da crise econômico-financeira mundial de 2007/08 na economia brasileira, utilizando dados agregados de variáveis nacionais, para a melhor compreensão da configuração da economia brasileira atual (2014). Os sintomas de fragilidade atual da economia brasileira, tais como crescentes déficits no balanço de pagamentos, pressão inflacionária, altas taxas de juros, real desvalorizado frente ao dólar, entre outros indicadores econômicos desfavoráveis ao crescimento e desenvolvimento do país podem ser considerados como fatores oriundos da crise econômico-financeira de 2007/08. Mesmo que os impactos de tal crise tenham sido um tanto diferentes conforme a realidade de cada país ou região do mundo, o fato é que diante de uma economia mundial cada vez mais globalizada, as relações econômico-financeiras e comerciais tornam os países mais interdependentes. A relevância da atual crise mundial, comparada à ocorrida em 1929/35, não deixou nenhum país indiferente.

METODOLOGIA

Realizou-se uma revisão da tradicional literatura econômica, além de artigos científicos a partir das bases de dados SciELO, Google Acadêmico e livros. Além disso, buscou-se analisar dados agregados a partir de sites oficiais de órgãos como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Banco Central do Brasil – BACEN e da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL. Cabe ressaltar, que se priorizou publicações recentes, que contemplam o objetivo proposto de expor a realidade brasileira recente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na construção de uma política monetária discricionária expansionista, o movimento de elevação da base monetária, ou então o aumento da oferta de saldos monetários reais, implica em a menor demanda de moeda por parte dos agentes econômicos, que refugiam-se em títulos, logo se a demanda por títulos se eleva, o preço destes também elevar-se-á, no entanto a taxa de juros paga na

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

aquisição destes irá se reduzir, visto que há maior demanda por eles, portanto a remuneração diminuirá (BACHA; LIMA; 2006). Refazendo então a lógica do o Banco Central dos Estados Unidos (FED) durante a década de 1990, pode-se perceber que há uma expansão da base monetária deste país em média de 10% ao ano, buscando um elevado crescimento econômico, que de fato se concretizou até meados de 1999.

Quando o então presidente do FED, Alan Greenspan, toma a decisão de elevar a taxa de juros deste país, com o intuito de desaquecer a atividade produtiva, outrora impulsionada pela expansão da base monetária. Ou seja, embora haja moeda em abundância na economia o FED procurou reduzir a sua circulação através do aumento nas taxas de juros, em outras palavras, impedir os agentes de consumir. Neste caso há uma defasagem de tempo e medida para o efeito da taxa de juros sobre a quantidade de moeda refletir o esperado, logo, os efeitos não foram os aguardados pelo FED (FERRAZ, 2009).

Com tanto dinheiro disponível na economia, dois setores em especial foram estimulados, o imobiliário e o de tecnologia. Quando por volta de 2001, ocorre um fato novo que iria expor a fragilidade das políticas adotadas pelo FED, a bolha das empresas “pontocom”, onde cerca de 600 empresas faliram. Diante de um cenário com elevação nas taxas de juros, somado a crise das empresas da Nasdaq (bolsa de tecnologia de Nova York), o estado de retração econômica é refletido nos demais setores produtivos (GALL, 2009).

Diante deste cenário, para fomentar um novo momento de crescimento da economia dos Estados Unidos, o Banco Central deste país opta por reduzir a taxa de juros, através de novas injeções de dólares em sua economia, aliada a uma forte política voltada para o setor imobiliário. Com crédito de baixo custo e de fácil acesso, a jusante um mercado imobiliário pujante, os bancos deste país concedem créditos hipotecários em uma proporção jamais vista (ROQUE, 2013). No entanto, com as políticas de reservas bancárias estas instituições deveriam possuir um limitador do multiplicador de moeda, não fosse à desregulamentada e relaxada política de concessão de empréstimos imobiliários, fortalecendo o mercado imobiliário como um espaço especulativo, visto que o custo do crédito era inferior à valorização dos imóveis. Porém este fenômeno não dura eternamente. Por volta de 2006 o FED para de realizar as injeções de dólares na economia, que por consequência vê as taxas de juros se elevarem.

Ao passo que a liquidez de uma economia se eleva, mais saldos monetários reais são destinados as vias especulativas, visto que há mais dinheiro para tal. Este processo acaba por gerar uma dinâmica inflacionária, pois a grande soma e concentração de capital se dá nas instituições financeiras, que por sua vez destinam estas riquezas aos setores que julgarem mais rentáveis.

Há ainda um forte agravante para a construção da bolha imobiliária nos Estados Unidos (EUA). Duas empresas, Fannie Mae e Freddie Mac, que usufruíam de privilégios governamentais para que fomentasse o mercado imobiliário, em outras palavras, elas não concediam empréstimos hipotecários, mas sim compravam estes empréstimos dos bancos concessionários, dando então liquidez a este mercado. Ao passo que os bancos vendiam estes títulos de dívida, automaticamente possuíam um crédito a receber, além disso poderia elevar o número de concessão de empréstimos já que não mais possuíam em suas carteiras os empréstimos repassaram a Fannie e a Freddie (FERRAZ, 2009).

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

Da forma como desenhava-se já ficava claro que não era algo sustentável, no entanto, a situação agravou-se quando as duas referidas empresas perceberam que poderiam lucrar ainda mais se montassem uma cesta de ativos de crédito hipotecários (os quais haviam comprado dos bancos), ou então títulos lastreados em hipoteca e os revendessem no mercado financeiro. Porém, os compradores foram justamente os bancos concessionários destes créditos hipotecários, criando então uma bola de neve. Estaria tudo bem se os devedores desta hipotecas fossem bons pagadores (prime), no entanto, muitos não o eram, mas eram sim especuladores de alto risco ou indivíduos com mau histórico de pagadores (subprime), que beneficiados pela alta liquidez da economia dos EUA puderam acessar esta via, sabendo que em economias de alta liquidez a inflação desenvolve-se nos setores especulativos, pois busca-se ganhos sem produção através do capital excedente (FILHO, 2013).

Até então estes ativos vendidos pela Fannie e pela Freddie era bem aceito no mundo todo, visto que as três grandes agências de classificação de risco, Moody's, Fitch e a Standard & Poor's classificavam estes papéis com a nota máxima (AAA), assim garantiam ao mercado financeiro a idoneidade e segurança destes papéis. Lembrando que estas agências são fiscalizadas pelo mesmo órgão que concedeu as benesses ao Fannie e ao Freddie (ROQUE, 2013).

Com a elevação das taxas de juros e a crescente oferta de imóveis, estes começam a se desvalorizar já em final de 2006. Quando as taxas de juros passaram a superar a valorização dos imóveis, os agentes passaram a perceber que não mais poderiam especular neste mercado, culminando então com os primeiros calotes. Com este cenário, os empréstimos não auferiam lucros, logo os títulos lastreados nestes não valiam mais nem um dólar. Como os bancos sofreram o calote e ainda não recebiam o que investiram nos "papeis podres", para que não houvesse corrida do público aos bancos, o Governo dos EUA passou a intermediar a incorporação de um banco por outro, para além de fornecer enormes pacotes de ajuda financeira as instituições, em especial a Fannie e o Freddie (GALL, 2009).

Os Estados Unidos são a maior economia do mundo, além de sua moeda, o dólar, ser considerada uma moeda internacional, ou seja, a grande maioria das transações financeiras mundiais são realizadas através desta divisa. Sendo assim, com a fragilização da economia deste país, consequentemente os demais serão afetados, em especial aqueles países que se tornaram credores da dívida dos EUA quando o FED passou a emitir títulos para captar dinheiro com a finalidade de injetá-lo em sua economia doméstica. Juntamente com a desconfiança no que concerne a segurança da moeda estadunidense, há a recessão interna, que acaba por afetar as empresas americanas, muitas das quais possuem negócios em outros países, como é o caso do Brasil, grande receptor de multinacionais dos EUA. Com este arroxio interno, o governo dos EUA se vê obrigado a reduzir as taxas de juros para tornar sua economia mais dinâmica, buscando expandir a atividade produtiva, que estava retraindo-se diante da situação (FERRAZ, 2009). Com a redução a atividade produtiva nos EUA, acabou por encarecer as importações brasileiras provenientes deste país, que juntamente com o menor número de exportações brasileiras, atinge diretamente o balanço de pagamentos do Brasil, o qual em 2007 entra em queda acentuada até meados de 2008, puxado pelas transações correntes. Neste período o Brasil apresentava taxas de juros entre 11% e 13,75% (IBGE, 2014), o que era bastante elevado diante das taxas de juros internacionais que se cristalizavam. Sendo assim,

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

o capital externo procurou maiores ganhos mundo afora, aportando na economia brasileira neste período. O ano de 2011 apresentou o maior crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro dos últimos tempos, muito em função da elevação do Investimento Externo Direto (IED). Este fenômeno se configura uma vez que a eficiência marginal do capital é maior que a taxa de juros interna da economia brasileira, logo, o Brasil passa a receber um montante maior de capital produtivo. Além disso, as altas taxas de juros atraíram certa soma de capitais especulativos internacionais. Como o Brasil havia reduzido suas exportações consideravelmente e a economia doméstica elevava sua produção através do crescente IED, foi necessário estimular o mercado interno para que a atividade produtiva não precisasse reduzir sua oferta. Para tal, o Banco Central do Brasil (BACEN) se vê obrigado a reduzir a taxa básica de juros da economia brasileira (SELIC), com o intuito de elevar o nível consumo, para assim contrabalancear a recessão internacional que se intensificava em 2007/08. Neste processo o Governo brasileiro trabalhou com uma grande expansão do crédito, em especial dos bancos públicos, inclusive com linhas de crédito a juros subsidiados.

Cabe salientar que a República da China e a União Europeia tornaram-se os maiores credores da dívida pública dos EUA. Não esquecendo também da forte dependência brasileira de parcerias comerciais com estes três gigantes da economia mundial. Este fato, como já citado acima, fez o Brasil refugiar-se na economia doméstica, estimulando desenfreadamente o consumo interno para suprir a baixa demanda externa que se desenhava (FERRAZ, 2009). Em outras palavras, como o Brasil é um país exportador, principalmente de matéria-prima, havendo um desaquecimento da atividade produtiva internacional, é preciso estimular o consumo interno para que não ocorra uma redução da oferta nacional, porém este estímulo possui um limitador, o crédito, que outrora era o propulsor das exportações, passou então a ser do consumo doméstico, que por consequência elevou o nível de endividamento das empresas e das famílias (IBGE, 2014).

Ao primeiro momento os diversos incentivos dados pelo BACEN surtiram efeito. No entanto, não é possível que um país viva isolado do restante do mundo, ignorando e infantilizando os efeitos de uma crise econômica mundial, ainda mais um país altamente dependente dos países que estão no cerne da crise. Além disso, é visível que a expansão monetária desenfreada no ímpeto de estimular o consumo acaba por gerar inflação como já defendia o economista americano Milton Friedman. Mesmo assim, o governo brasileiro acaba por incorrer nos mesmos erros do país celeiro da crise, os EUA, ou seja, expande a base monetária, reduz artificialmente os juros para o setor imobiliário, além de desregulamentá-lo.

Os reflexos de uma crise financeira mundial tardam, mas não falham a atingir todos os países do globo, alguns em maior, outros em menor proporção, mas todos serão atingidos por ela. Afinal de contas, em uma economia globalizada como é a atual não há como isolar-se do mundo.

Como o estímulo ao consumo, através de maior soma monetária em circulação, foi realizado sem uma contrapartida na infraestrutura, a consequência foi a elevação da inflação. Ao menor sinal de recuperação da economia mundial, o Brasil passou a observar uma crescente fuga do capital externo, seja em função da baixa eficiência marginal do capital neste país, pela pesada intervenção estatal na economia, pelo conturbado quadro político que desenhasse, ou ainda pela elevação da taxa de juros por parte do BACEN, com a intenção de conter a inflação. O fato é que as Transações Correntes apresentam queda desenfreada, o que leva o Balanço de Pagamentos a níveis negativos

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

(IPEA, 2014). Como na outra ponta, Conta Capital e Financeira, o que a sustenta em bons níveis é o IED, há o temor diante da fuga de capital produtivo do país. Em este quadro configurando-se o PIB brasileiro reduz-se, como vem ocorrendo nos últimos anos. Somando-se estes fatores, a economia brasileira, por ter lidado de forma despreziosa com a crise financeira de 2007/08 corre o risco de entrar em uma situação de estagflação (quando não há crescimento, mas há inflação), ou seja, o pior dos quadros possíveis em uma economia. Parece claro que não se pode ignorar uma crise financeira mundial, e tão pouco amenizar os problemas oriundos da mesma com manobras político-econômicas (PRATES, CUNHA, 2011). Algo que o mercado vem acusando o governo brasileiro de estar fazendo desde 2012. Enfim, um quadro de crise mundial desta envergadura não oferece espaço para a adoção de políticas monetária e fiscal imediatistas.

Ao adotar as estratégias descritas o governo brasileiro conseguiu retardar a chegada da crise ao país. No entanto, tais ações estariam trazendo consequências econômicas desagradáveis e mais agudas ao Brasil a partir de agora (2014).

CONCLUSÃO

Uma crise econômica não surge pelo simples fato de ser uma fase do capitalismo, conforme sugerem alguns autores, mas sim em função de medidas tomadas anteriormente que acabam acarretando na sua eclosão. Estas medidas podem ser tomadas por governos ou pelo mercado, deixando claro que elas são causadas por indivíduos que, direta ou indiretamente, tomam partido na sua geração e desenvolvimento.

O caso da crise financeira de 2007/08 não é distinto! O que a diferenciou das demais foi a sua abrangência e forma de propagação, visto que em um mundo altamente globalizado, com grandes fluxos comerciais e sistemas financeiros intimamente ligados, a propagação e transmissão da crise se tornou tarefa relativamente fácil. Não esquecendo que ela surge no sistema financeiro, se alastrando para os setores produtivos financiados por aquele. Esses setores produtivos, por sua vez, são dependentes de suas cadeias produtivas, que estão, em muitos casos, distribuídas pelo globo todo.

Os países que possuíam maior proximidade com os Estados Unidos foram mais rapidamente atingidos e com maior força. Além disso, alguns países levaram mais tempo para sentir os efeitos da crise em função da reação de seus governos, porém, todos sofreram as consequências. Houve casos em que a economia foi completamente devastada, como na Grécia, enquanto a Alemanha reagiu de forma bastante satisfatória. Não esquecendo ainda que os países desenvolvidos, que aparentemente possuíam uma melhor base de sustentação para a crise, foram bruscamente atingidos, enquanto que os países em desenvolvimento apresentaram bons resultados iniciais de suas medidas anti-crise, como foi o caso de alguns emergentes.

O Brasil, que buscou adotar medidas expansionistas, não obteve tanto sucesso como seus parceiros emergentes. Assim, foi possível atenuar a crise em um primeiro momento, criando uma falsa sensação de domínio sobre a mesma. Entretanto, o arsenal de medidas do governo brasileiro se configurou num imediatismo aparente, não sendo sustentável no médio prazo. Toda a desregulamentação do crédito, isenção de impostos, alteração artificial da taxa de juros, elevação dos gastos públicos e a utilização das estatais como meio para conter preços e acelerar o crédito nunca se mostraram como bom receituário para superar uma crise desta envergadura. No final de

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

2014, passada as eleições presidenciais e reeleito apertadamente o governo da presidente Dilma, o próprio governo federal passou a dar claros sinais de que sua estratégia, calcada no desenvolvimentismo com forte intervencionismo estatal, não deu os resultados esperados no que tange à manutenção do crescimento econômico e da geração de empregos. No entanto, será necessário mais do que a admissão dos erros cometidos para que a economia nacional volte ao equilíbrio. Serão necessárias ações profundas, duradouras e imediatas, as quais passam por reformas estruturais importantes e que, infelizmente, exigirão da sociedade brasileira capacidade de enfrentamento, pois o custo de tal conta será alto e pago por todos.

PALAVRAS-CHAVE

Crise Econômica Mundial; Brasil; Impactos

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACHA, Carlos José Caetano. LIMA, Roberto Arruda de Souza. Macroeconomia: Teorias e Aplicações à Economia Brasileira. Editora Alínea e Átomo. Campinas, 2006.
- FERRAZ, João Carlos M. O manual da crise: entendendo melhor a crise financeira de 2008, suas origens e consequências para o Brasil e o mundo. Ed. Alfa-Omega, São Paulo, 2009.
- FILHO, Fernando Ferrari. DE PAULA, Luiz Fernando. A crise financeira Internacional: origens, desdobramentos e perspectivas. Ed. Unesp, São Paulo, 2013.
- FRIEDMAN, Milton. Capitalismo & Liberdade. Ed. Artenova, Rio de Janeiro, 1977.
- GALL, Norman. O terremoto financeiro: A primeira crise global do século XXI. Ed. Campus-Elsevier, Rio de Janeiro, 2009.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contas Nacionais. Disponível em:<sidra.ibge.gov.br>.
- IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Contas nacionais. Disponível em:<<http://www.ipeadata.gov.br/>>.
- MORRIS, Charles R. O crash de 2008: dinheiro fácil, apostas arriscadas e o colapso global do crédito. Ed. Aracati, 2009.
- KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. Ed. Nova Cultura, São Paulo, 1996.
- PRATES, Daniela Magalhães. CUNHA, André Moreira. Estratégias macroeconômicas depois da crise financeira global: o Brasil e os emergentes. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 67-82, 2011.
- ROQUE, Leandro. Como ocorreu a crise financeira americana. Ed. Instituto Ludwig Von Misses Brasil, São Paulo, 2013.